



Empresa de Planejamento e Logística S.A.

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA  
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

Estudo Técnico Preliminar da Contratação/CCONT-EPL/GEFIN-EPL/DGE-EPL-EPL

Brasília, 12 de novembro de 2021.

**ESTUDO PRELIMINAR PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM AUDITORIA  
INDEPENDENTE****I - NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

**i)** O Decreto nº 3.735, de 24 de janeiro de 2001, estabelece diretrizes aplicáveis às empresas estatais federais, cujo o art. 4º descreve:

Art. 4º As empresas estatais federais deverão encaminhar ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais, até o dia 30 de maio de cada ano, dados cadastrais atualizados e contábeis relativos ao Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro do ano anterior, por meio de sistema de processamento de dados em tempo real, além dos seguintes documentos:

I - Relatório Anual da Administração;

II - Estatuto Social atualizado; e

III - Demonstrações Contábeis, aprovadas pela assembleia geral ordinária, acompanhadas das notas explicativas e do parecer dos auditores independentes. ”

**ii)** Observa-se, ainda, a obrigatoriedade de contratação de auditor ou empresa para a prestação de serviço de auditoria independente no Art. 7º da Lei nº 13.303/16:

“Art. 7º Aplicam-se a todas as empresas públicas, as sociedades de economia mista de capital fechado e as suas subsidiárias as disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e as normas da Comissão de Valores Mobiliários sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras, inclusive a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado nesse órgão. ”

**iii)** Sendo assim, importante ressaltar que o serviço proposto é necessário e obrigatório para esta Empresa Pública, a fim de que as atividades nela desenvolvidas possam ser devidamente avaliadas.

**II - ÁREA REQUISITANTE:**

**i)** Gerência de Finanças (GEFIN).

**III - REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA EPL:**

**i)** A contratação contribui para o seguinte objetivo previsto no:

**a) Estatuto Social**, art. 113, § 2º “Aplicam-se as regras de escrituração e elaboração de demonstrações financeiras contidas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e também na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira da União (SIAFI), enquanto

*receber recursos oriundos do Orçamento da União e nas normas da Comissão de Valores Mobiliários, inclusive a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado nessa Comissão. ”.*

#### **IV - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

**i)** A natureza do serviço é continuada, portanto, a vigência do contrato será de 28 (vinte e oito) meses contada a partir de 01/04/2022 podendo ser prorrogado por até 60 meses de acordo com a legislação vigente.

**ii)** Os pagamentos serão efetuados em 12 parcelas, a partir da entrega de cada relatório (produto), baseado no calendário de eventos (V- Descrição e Prazo dos Produtos).

**iii)** Ao final de cada Exercício Social, o Comitê de Auditoria Estatutário da EPL e a Diretoria Executiva se manifestarão sobre os trabalhos realizados pela CONTRATADA.

**iv)** Caso o Comitê de Auditoria Estatutário da EPL e a Diretoria Executiva, se manifestem desfavoráveis sobre os trabalhos realizados no Exercício Social pela CONTRATADA, o CONTRATO poderá ser rescindido pela CONTRATANTE, a qualquer momento sem custos para as partes, respeitando o devido processo legal.

**v)** A Contratada deverá comparecer às reuniões Trimestrais da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e na reunião conjunta do Conselho Fiscal - CONFIS e Conselho de Administração – CONSAD, para a aprovação das Demonstrações Financeiras trimestrais e do exercício abrangido pelo contrato, para prestar esclarecimentos que se fizerem necessários, e ainda poderá ser convocada para participar das Reuniões do Comitê de Auditoria Estatutária –COAUD. Referidas reuniões deverão ocorrer em Brasília/DF, no endereço: SCS, Quadra 09, Lote C, 8º Andar, Edifício Parque Cidade Corporate, CEP: 70308-200.

**vi)** Comprovação de registro no Conselho Regional de Contabilidade da licitante e do profissional por ela responsável, mediante apresentação de cópia da documentação comprobatória e da Carteira de Identidade do Contador ou outro instrumento que comprove o registro e de seu vínculo com a licitante (Lei nº 6.839/80; Decreto-Lei nº 9.295/46; Resolução CFC nº 1.390/2012; e Resolução CFC nº 1.389/2012);

**vii)** Dimensionamento da equipe de auditores será feito pela contratada, resguardando-se a estrutura mínima de 05 (cinco) técnico-profissionais, destes no mínimo 60% devem ser Auditores e possuírem registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes – CNAI, devendo, ainda, pertencerem ao quadro da CONTRATADA;

**viii)** A equipe de auditores deverá possuir o conhecimento e a experiência profissional necessária para a execução dos respectivos trabalhos. Caso constatada a incapacidade técnica de algum dos profissionais que integrarem a equipe de auditores, a EPL poderá solicitar sua substituição;

**ix)** Comprovação de registro da licitante na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, juntamente com o respectivo cadastro dos responsáveis técnicos autorizados a emitir e assinar parecer de auditoria em seu nome de acordo com o previsto no art. 113, § 2º do Estatuto Social da EPL e no art. 275, § 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

**x)** Será vedada a participação de cooperativas e de empresas reunidas em consórcios, qualquer que seja a sua forma, tendo em vista que esse ramo de atividade é amplo e os serviços são passíveis de serem executados inclusive por microempresas e empresas de pequeno porte;

**xi)** Comprovação de realização de auditoria semelhante ao objeto desta contratação, mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que tenha sido auditada pela proponente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, que comprove de modo indiscutível, a execução de objeto da mesma natureza ou similar a este Termo de Referência.

**xii)** O atestado de capacidade técnica, para ser considerado válido, deve ser emitido em nome da proponente e conter no mínimo as seguintes informações:

- Nome, CNPJ, endereço e o telefone da(s) sociedade(s) atestante(s);

- Nome, cargo/função, endereço, telefone e e-mail do(s) representante(s) da(s) sociedade(s) atestante(s) que vier (em) a assinar o(s) atestado(s), a fim de que a EPL mantenha contato, para fins de diligência, se for o caso.
- Nome e CNPJ da sociedade contratada pela(s) sociedade(s) atestante(s) para a execução do objeto atestado;
- Descrição detalhada dos serviços, contendo dados que permitam a aferição de sua similaridade com o objeto licitado, compatível em características com o objeto da presente contratação e o prazo de sua execução;
- Período e local de execução do objeto;
- Data da emissão do atestado; e
- Assinatura do(s) representante(s) da(s) sociedade(s) atestante(s).

#### V - DESCRIÇÃO E PRAZO DOS PRODUTOS

i) O Plano anual de trabalho, **para cada exercício**, está demonstrado a seguir, detalhado por eventos.

EVENTO Nº	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	PRAZO
1	Minuta do relatório sobre as Demonstrações Financeiras intermediárias da EPL disponibilizada de forma digital.	Até o 15º (décimo quinto) dia dos meses de maio, agosto e novembro subsequente ao trimestre auditado.
2	Relatório sobre as Demonstrações Financeiras intermediárias da EPL, disponibilizado de forma digital.	3 (três) dias úteis após a verificação digital da EPL da respectiva minuta do relatório da auditoria.
3	Relatório das Demonstrações Financeiras intermediárias da EPL, assinado e impresso.	10 (dez) dias úteis após a entrega digital do relatório de auditoria.
4	Minuta do relatório sobre as Demonstrações Financeiras anuais da EPL, disponibilizada de forma digital.	Até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês de fevereiro do ano seguinte ao exercício auditado.
5	Relatório sobre as Demonstrações Financeiras anuais da EPL,	3 (três) dias

	assinado e disponibilizado de forma digital.	úteis após a verificação digital da EPL da respectiva minuta do relatório da auditoria.
6	Relatório das Demonstrações Financeiras anuais da EPL, assinado e impresso.	10 (dez) dias úteis após a entrega digital do relatório de auditoria
7	Minuta do relatório anual com comentários e recomendações acerca dos controles internos, disponibilizado de forma digital.	Último dia útil do mês de fevereiro do ano seguinte ao exercício auditado.
8	Relatório anual com comentários e recomendações acerca dos controles internos, disponibilizado de forma digital.	3 dias úteis após a verificação digital da EPL da respectiva minuta do relatório de recomendações.
9	Relatório anual com comentários e recomendações acerca dos controles internos, assinado e impresso.	10 (dez) dias úteis após a entrega digital do relatório anual com comentários e recomendações.
10	Minuta do relatório de auditoria com comentários e recomendações acerca das obrigações acessórias, disponibilizado de forma digital.	Até o 15º dia do mês de julho do ano seguinte ao exercício auditado.
11	Relatório de auditoria com comentários e recomendações acerca das obrigações acessórias, disponibilizado de forma digital.	3 dias úteis após a verificação digital da EPL da respectiva minuta do relatório de recomendações.
12	Relatório de auditoria com comentários e recomendações acerca das obrigações acessórias, assinado e impresso.	10 (dez) dias úteis após a

entrega digital do relatório anual com comentários e recomendações.
---

## VI - LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR:

- i) Foi realizado pesquisa no portal comprasnet, de empresas no mesmo porte da EPL, ou seja, Empresas Públicas dependentes, para a prestação de serviço de Auditoria Independente para o Exercício Social.
- ii) O critério de julgamento da proposta será o menor preço global.
- iii) Resta caracterizado, portanto, a pretensa contratação como serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, nos termos do §2º, art 1º, do Decreto nº 10.024/2019.
- iv) Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- v) A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## VII - ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS:

- i) A estimativa de preço foi realizada de acordo com a IN 73/2020 – ME.
- ii) Iniciou-se com a pesquisa junto ao Painel de Preços e Contratações similares de outros entes Públicos, conforme inciso I do art. 5º da IN 73/2020 – ME. Tendo em vista o objeto a ser licitado ser um serviço com características específicas, não obteve propostas que atendessem a necessidade da EPL, considerando a ausência de *contratação de auditoria nas obrigações acessórias: ECD, ECF e DIRF (anos calendários 2022 e 2023); EFD Contribuições e EFD ICMS/IPI (mês de maior recolhimento de cada ano-calendário de 2022 e 2023); e-Social e REINF (meses de novembro de 2022 e 2023); com emissão de relatórios de recomendações e eventuais ajustes* no relatório extraído do painel de preços. Portanto, em consonância com o IV do art. 5º da IN 73/2020 – ME, foram enviados e-mails as empresas do ramo, o qual se obteve algumas propostas de preços.
- iii) Deste modo, o valor estimado para a contratação, considerando a heterogeneidade dos valores das propostas apresentadas pelos fornecedores, será a mediana no valor de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais), com vigência de 28 meses.

## VIII - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

Deverão ser fornecidos os produtos abaixo relacionados:

- i) Relatórios e parecer de auditoria sobre as Demonstrações Financeiras dos exercícios de **2022 e 2023**;
- ii) Relatórios de auditoria sobre as Demonstrações Contábeis intermediárias (trimestrais) dos anos de **2022 e 2023**;
- iii) Relatórios com comentários e recomendações acerca dos procedimentos contábeis e de controles internos adotados pela EPL, acrescido dos comentários da administração sobre as referidas recomendações, referentes a cada **exercício de 2022 e 2023**;
- iv) Relatório com comentários, recomendações e apresentação de eventuais ajustes acerca das obrigações acessórias ECD, ECF e DIRF (anos calendários 2022 e 2023); EFD Contribuições (mês de

maior recolhimento de cada ano-calendário de 2022 e 2023); e-Social e REINF (meses de novembro de 2022 e 2023);

**v)** Os exames das Demonstrações Financeiras da EPL serão conduzidos em conformidade com as normas de auditoria aplicadas no Brasil e demais aspectos contábeis e fiscais aplicáveis à EPL, de acordo com a legislação em vigor, para emissão do relatório e parecer de auditoria sobre as Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas, a serem elaborados pela administração dessa Entidade, além da avaliação de controles internos e auditoria sobre obrigações acessórias determinadas pelo fisco, mencionadas no subitem iv;

**vi)** Na execução do serviço, deverão ser usados, como referência, os princípios de contabilidade de aceitação geral, observadas as regulamentações contábeis e as legislações aplicáveis à EPL;

**vii)** A auditoria deverá ser conduzida em base de testes, de natureza, amplitude e profundidade requeridas pelas circunstâncias;

**viii)** Os exames a serem efetuados deverão ter por base os registros contábeis no SIAFI e demais sistemas de tecnologia de informação utilizados pela entidade;

**ix)** O planejamento dos trabalhos de auditoria deverá ser realizado em conjunto com a EPL, os quais compreenderão:

1. Avaliação dos controles internos;
2. Avaliação das obrigações acessórias ECD, ECF e DIRF (anos calendários **2022 e 2023**); EFD Contribuições e EFD ICMS/IPI (mês de maior recolhimento de cada ano-calendário de **2022 e 2023**); e-Social e REINF (meses de novembro de 2022 e 2023); com emissão de relatórios de recomendações e eventuais ajustes;
3. Constatação das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis;
4. Avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da EPL; e
5. Análise das Demonstrações Financeiras, sendo que os exames deverão ser conduzidos em conformidade com as normas de auditoria aplicadas no Brasil, compreendendo no mínimo:
  - 5.1. Exame das conciliações bancárias;
  - 5.2. Obtenção de confirmação dos saldos junto aos bancos com os quais a EPL mantém conta corrente e/ou aplicações;
  - 5.3. Obtenção de confirmação, com base em contas selecionadas, dos saldos a pagar e a receber;
  - 5.4. Comprovação, com base em testes, dos valores registrados no Ativo Imobilizado e Intangível;
  - 5.5. Verificação dos procedimentos de registros contábeis dos custos de aquisição, amortização, exaustão e depreciação dos bens do Ativo Imobilizado e Intangível;
  - 5.6. Verificação dos principais contratos de fornecimentos de bens materiais equipamentos e de prestação de serviços;
  - 5.7. Exame das receitas;
  - 5.8. Exame das despesas registradas;
  - 5.9. Avaliação das provisões constituídas;
  - 5.10. Avaliação e exame em outras contas julgadas necessárias;
  - 5.11. Avaliação dos sistemas informatizados de contabilidade e auxiliares;
  - 5.12. Atendimento às solicitações de revisão dos papéis de trabalho e demais esclarecimentos quanto aos procedimentos de auditoria aplicados, sempre que solicitado pela EPL;

- 5.13. Assessoria sobre a correta aplicação dos princípios e normas contábeis, aplicáveis à EPL;
- 5.14. Assessoria acerca da constituição do AFAC (Adiantamento para Futuro Aumento de Capital);
- 5.15. Análise das normas, registros e documentos, tendo em vista os aspectos e/ou exigências de natureza administrativa, legal e fiscal;
- 5.16. Análise dos eventos subsequentes ao encerramento do exercício, até a data de emissão do relatório dos auditores independentes, relativos às Demonstrações Contábeis da Entidade;
- 5.17. Emissão de todo e qualquer comentário considerado necessário e de caráter esclarecedor relativo às Demonstrações Contábeis da Entidade e seus controles internos;
- 5.18. Exames específicos nas áreas de Recursos Humanos, tais como: análise do cadastro de pessoal e das planilhas de cálculo relacionadas às folhas de pagamentos, férias; 13º salário e rescisões; revisão dos cálculos de descontos de encargos sociais, imposto de renda e outros; revisão das bases para constituição das provisões trabalhistas; análise quanto ao atendimento das disposições contidas nos Acordos Coletivos de Trabalho e legislações trabalhistas aplicáveis; confirmação da conformidade nas entregas de obrigações acessórias relativas a área trabalhista, tais como RAIS, DIRF, e-Social); avaliação das contratações e retenções tributárias sobre os valores dos serviços terceirizados;
- 5.19. Elaboração, em conjunto com a EPL, de cronograma anual detalhado sobre as atividades a serem desempenhadas, datas de visita e relação de auditores envolvidos na execução dos exames de auditoria das Demonstrações Contábeis e testes vinculados aos controles internos dos processos (cronogramas independentes);
- 5.20. Testes e avaliação dos controles internos nos processos de negócio e de tecnologia da informação considerados como materiais;
- 5.21. Testes e avaliação dos controles internos ao nível de Entidade e de Atividades;
- 5.22. Assessoria à EPL sobre a utilização de procedimentos internos adequados visando à manutenção de seus processos de negócio, de tecnologia da informação e ao nível de Entidade;
- 5.23. Fornecer ao Comitê de Auditoria, ao Conselho Fiscal e ao Conselho de Administração, os subsídios julgados necessários ao exame que lhe cabe, na forma da lei, relativo às contas da EPL;
- 5.24. Participação em reuniões agendadas pela EPL para a discussão de temas relacionados às Demonstrações Financeiras, controles internos e obrigações acessórias sempre que solicitado.

#### **IX - JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO QUANDO NECESSÁRIA PARA INDIVIDUALIZAÇÃO DO OBJETO:**

- i) O Objeto é Auditoria sobre Demonstrações Financeiras trimestrais e anuais dos exercícios 2022 e 2023 e sobre Obrigações Acessórias, com avaliação e testes de controles internos.
- ii) Como se trata de exercício social, em que será dividido a entrega dos relatórios por trimestre, não há parcelamento do objeto.

#### **X - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS:**

- i) A Empresa de Planejamento e Logística – EPL, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, realiza estudos e pesquisas para subsidiar a formulação, o planejamento e a implementação de ações de órgãos e entidades da Administração Pública Federal, no âmbito da política de logística e transporte.
- ii) Os resultados apresentados pela Auditoria Independente são obrigatórios por Lei, além de estarem em consonância com as Boas Práticas de Gestão e auxiliarem o Comitê de Auditoria Estatutário – COAUD, o Conselho Fiscal – CONFIS e o Conselho de Administração – CONSAD da EPL.

#### **XI - PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO:**

i) Uma vez que os serviços serão prestados na EPL, quando da prestação será disponibilizada uma sala para a realização dos serviços e reuniões necessárias para o desenvolvimento do trabalho pela Auditoria Independente.

## XII - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

i) No âmbito desta empresa não há contratações correlatas e/ou interdependente com o objeto da contratação em referência.

## XIII - CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

i) A CONTRATADA deverá observar na execução do objeto contratual os critérios de sustentabilidade ambiental contidos no Decreto nº 9.178/2017 e adotar práticas de racionalização no uso de materiais e serviços, conforme o caso, os critérios elencados na Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

ii) Declaramos que não há impacto das atividades no meio ambiente.

## XIV - DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

i) Declara esta Equipe de Planejamento da Contratação que a contratação pretendida é viável, considerando sua obrigatoriedade, a forma de contratação será na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, tendo em vista a possibilidade de maior concorrência e prorrogação do contrato por até 60 meses.

### 1. Membros da Equipe de Planejamento da Contratação:

(assinatura eletrônica)

**Andreia Alves Pimenta**

Coordenadora de Contabilidade

(assinatura eletrônica)

**Tiago Severo Coelho de Oliveira**

Assistente II

### 2. Membros da Equipe de Fiscalização:

(assinatura eletrônica)

**Gracielle Borges de Medeiros**

Assistente I

(assinatura eletrônica)

**Caroline Lima Rodrigues**

Assistente II

### 3. Autoridade máxima da área:

(assinatura eletrônica)

**BIANKA ARAUJO GOMES**

GERENTE DE FINANÇAS



Documento assinado eletronicamente por **Gracielle Borges de Medeiros, Assistente I**, em 12/11/2021, às 19:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Lima Rodrigues, Assistente II**, em 16/11/2021, às 09:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.





Documento assinado eletronicamente por **Tiago Severo Coelho de Oliveira, Assistente II**, em 16/11/2021, às 09:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Andreia Alves Pimenta, Coordenador(a)**, em 16/11/2021, às 14:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Bianka Araujo Gomes, Gerente de Finanças**, em 18/11/2021, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4840610** e o código CRC **5A9F2160**.



Referência: Processo nº 50840.100836/2021-22



SEI nº 4840610

Via W4 Sul, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate - Torre C 8º andar - Bairro Asa Sul  
Brasília/DF, CEP 70308-200  
Telefone: (61) 3426-3719 - [www.epl.gov.br](http://www.epl.gov.br)